



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Relatório de Audiência

Dia: 28 de Setembro de 2011

Hora: 11h00

N.º 2/XII (1.ª)

ENTIDADE: **Novos Paradigmas – Associação de Reflexão Social e Política**, representado por José Veludo, Fernando Bacelar, Francisco Pinto, Luís Fontoura e Victor Henriques

ASSUNTO: **Apresentar e debater soluções que permitam inverter a estagnação económica, o desemprego crescente e a desertificação do interior**

Recebida pelos Senhores Deputados Maria das Mercês Borges, Pedro Roque, Clara Marques Mendes, Joana Barata Lopes e Teresa Costa Santos (PSD), João Paulo Pedrosa, Idália Salvador Serrão e Mário Ruivo (PS), Artur Rêgo e Raúl Almeida (CDS-PP)

Os requerentes da audiência, que foi gravada em suporte áudio e pode ser consultada no seguinte link: <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudiencia.aspx?BID=91193>, informaram das alterações na fiscalidade e na segurança social que defendem no documento remetido previamente intitulado "Mudar para criar emprego". Referiram-se igualmente à baixa generalizada da TSU em 8% com a criação simultânea de uma taxa de solidariedade "tecnológica" de 0,89% da facturação de qualquer empresa, conforme documento entregue.

Interviu de seguida o Senhor Deputado Pedro Roque (PSD) que agradeceu a presença e contributos dos requerentes da audiência e confirmou que o financiamento da segurança social é uma preocupação generalizada tanto mais quando a esperança de vida tem vindo a aumentar.

O Senhor Deputado Mário Ruivo (PS) cumprimentou os requerentes da audiência e quis saber se a criação da taxa de solidariedade referenciada não poderia fomentar o encobrimento da facturação das empresas.

Também o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) disse partilhar das preocupações dos demais Deputados, vaticinou que, no futuro, haverá milhões de desempregados que o mercado não absorverá, para além do problema do envelhecimento da população e disse estar de acordo com a necessidade de rever as fontes de financiamento da segurança social. Questionou se, com a adopção das



sugestões apresentadas, não irá assistir-se a um êxodo das empresas sediadas em Portugal para outros países, fenómeno já verificado embora de forma mitigada.

Na resposta dada aos pedidos de esclarecimentos, os requerentes da audiência disseram que, entre outras medidas, defendem que o IVA para produtos importados deve ser tão alto quanto possível e disseram estar disponíveis para dissecarem todas as questões ao pormenor.

Palácio de São Bento, em 13 de Outubro de 2011.

O DEPUTADO DO PSD,

(Pedro Roque)